

**UNIVERSIDADE DE UBERABA**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO:**  
**FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA**  
**MESTRADO PROFISSIONAL**

**MEMORIAL FORMATIVO DE WESLEY MENDONÇA ALVES**

extraído em fevereiro de 2025 do relatório de pesquisa intitulado **A INCLUSÃO ESCOLAR DE ESTUDANTES COM DIREITO À EDUCAÇÃO ESPECIAL NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE UMA ESCOLA DA REDE ESTADUAL PÚBLICA DE ENSINO EM MONTES CLAROS-MG**

Catalogação elaborada pelo Setor de Referência da Biblioteca Central UNIUBE

A87i      Alves, Wesley Mendonça.  
A inclusão escolar de estudantes com direito à educação especial nas aulas de educação física de uma escola da rede estadual pública de ensino de Montes Claros-MG / Wesley Mendonça Alves. – Uberlândia (MG), 2024.  
183 f. : il., color.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de Uberaba. Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação. Linha de pesquisa: Práticas Docentes para a Educação Básica.  
Orientadora: Profa. Dra. Gercina Santana Novais.

1. Inclusão em educação. 2. Educação especial. 3. Educação física. 4. Educação física adaptada. I. Novais, Gercina Santana. II. Universidade de Uberaba. Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação. III. Título.

CDD 371.9046

## **MEMORIAL PONTO DE PARTIDA: ORIGEM, EXPERIÊNCIAS, APRENDIZAGENS**

Escrever, para mim, vem sendo tanto um prazer profundamente experimentado quanto um dever irrecusável, uma tarefa política a ser cumprida [...]. Não escrevo somente porque me dá prazer de escrever, mas também porque me sinto politicamente comprometido, porque gostaria de convencer outras pessoas, sem a elas mentir, de que o sonho ou os sonhos de que falo, sobre que escrevo e porque luto, valem a pena ser tentados (Freire, 1994, p. 15-16).

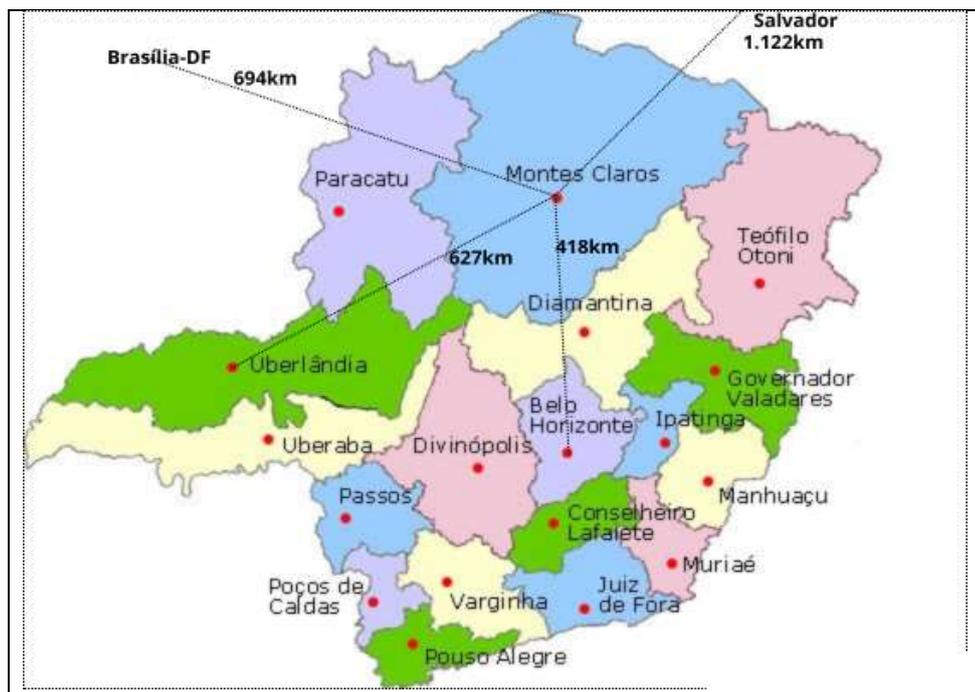
Durante os estudos para o Mestrado Profissional em Educação, li e analisei essa citação de Paulo Freire (1994), a qual descreve uma tarefa política que eu estaria prestes a realizar para aprofundar o comprometimento com a escrita como ato de resistência à exclusão escolar. Desse modo, quando comecei a escrever este memorial visava atender uma das atividades acadêmicas prescrita. Mas, ao longo da escrita, observei que deixaria registrado experiências que marcaram minha vida e percebi os vínculos dessas experiências com outras narrativas de escolarização de estudantes oriundos das classes populares.

Em Larrosa (2002), encontrei uma definição de experiência que colabora para a elaboração deste memorial:

É experiência aquilo que “nos passa”, ou que nos toca, ou que acontece, e ao nos passar nos forma e nos transforma. Somente o sujeito da experiência está, portanto, aberto à sua própria transformação (Larrosa, 2002, p. 25).

O sujeito que narra suas experiências, neste texto, tem sua origem no município de Montes Claros, cidade hospitaleira do norte de Minas Gerais, cujo nome remete aos montes que circundam suas fronteiras e valorizam os raios do sol. Localizada em um dos maiores entroncamentos rodoviários do Brasil, Montes Claros está a 418km de Belo Horizonte, 694km de Brasília, 1.122km de Salvador e 627km de Uberlândia.

**Figura 1:** Localização da Cidade de Montes Claros no Estado de Minas Gerais



**Fonte:** Tribunal de Justiça de Minas Gerais (<http://www8.tjmg.jus.br/>)

A cidade é marcada pelas tradições históricas, culturais e pelas comidas típicas como o arroz com pequi e a carne de sol. É rica na cultura popular, simbolizada nacionalmente pelos catopês, marujos e caboclinhas<sup>1</sup>. Transformou-se em polo universitário, industrial e referência médica para o norte de Minas e sul da Bahia.

**Figura 2:** Desfile dos Marujos pelas ruas de Montes Claros



**Fonte:** Arquivo do autor.

<sup>1</sup>Manifestações culturais de origem africana, na qual tradicionalmente no mês de agosto, na cidade de Montes Claros/MG, os grupos, por meio da dança e da música, reúnem-se em cortejos para comemorarem devoções aos santos (Queiroz, 2005).

Eu sou filho de pais que ainda jovens saíram de suas cidades mais ao norte de Montes Claros para buscarem emprego, formação e oportunidades, cresci estudando em escola pública e orientado pelos exemplos de que a educação transforma a vida e que por meio dela deveria trilhar a busca pelos meus sonhos.

Criado com mais dois irmãos, sou o filho do meio, e sempre estive envolvido com os estudos e os hábitos saudáveis de vida. Como atividades de lazer, brincava na rua, jogava bola, queimada, bolinha de gude, porta-bandeira, “guerrinhas” de mamona, movimentos naturais como correr, pular, saltar, abaixar, dentre outros. Na escola, gostava de sentar na frente e de realizar todas as atividades que as professoras passavam, tinha bom desempenho e adorava fazer amizades.

Na época do jardim de infância, na instituição “Antônio Pimenta”, lembro com carinho das aulas de educação física, da professora Lecy, pois sua prática acontecia em uma quadra de areia e debaixo de um pé de manga, recordo-me, especialmente das práticas de corridas, produção de pipas e das atividades ao ar livre.

Do 1º ao 5º ano, fui morar em Sete Lagoas, onde estudei na Escola Estadual Prof. Cândido Azeredo, era uma escola grande, com muitas salas, áreas verdes, era um quarteirão, tinha muitos estudantes, e não consigo lembrar muito bem das aulas da escola, mas foi neste período que comecei a jogar futebol de campo na escolinha do time profissional da cidade, no Democrata Futebol Clube. Jogava como atacante, e por várias vezes disputei amistosos contra o Cruzeiro e Atlético, foi uma fase que colaborou para aumentar o interesse pelas práticas esportivas e de lazer.

## **O esporte na minha vida**

Que esta casa de jovens se faça,  
libertária do estudo e do bem,  
formadora de gênio e da raça,  
que a lembrança do mártir nos vem.

(Refrão, Hino do Colégio Tiradentes de Montes Claros-MG)

Do 6º ao 3º ano, estudei no Colégio Tiradentes, educandário de tradição na cidade de Montes Claros, onde tive uma boa formação intelectual e esportiva. Recordo-me das aulas de Educação Física com o professor “Dominguinhos”, dos Jogos internos-JICOT, dos jogos entre as escolas da minha cidade, das escolinhas de handebol e de vôlei. Tínhamos um calendário anual de competições, vibrava com cada conquista e aprendia também com as derrotas. E não deixávamos o compromisso com os estudos, como apresentavam os versos do hino do educandário, “formadora do estudo e da raça”. Os

estudos não poderiam estar abaixo da “média” bimestral, pois seríamos “suspensos” temporariamente das práticas esportivas e dos jogos internos. Hoje compreendo a importância deste diálogo entre o esporte x a educação e do professor de educação física x do especialista educacional.

Neste período, nas aulas de Educação Física, predominava uma concepção esportivista, a seleção dos mais aptos em detrimento dos menos habilidosos (Darido e Rangel, 2014). Lembro-me que as turmas eram divididas por gênero, e apesar da maioria participar, quando tínhamos que constituir as equipes para jogarem contra outras salas, quase sempre eram compostas pelos mesmos estudantes. Sem contar que tinha um colega que não participava das atividades, ficava parado assistindo aos outros jogarem, pois apresentava características conhecidas hoje, como Transtorno do Espectro Autista- TEA, algo que não posso afirmar, mas apresentava os seguintes comportamentos: movimentos repetitivos, não conseguia conversar olhando nos olhos, inquieto na sua cadeira, não gostava de barulho, tinha dificuldades em várias matérias e tomava um remédio. Pelo olhar da sala, atribuíamos esses comportamentos a uma deficiência. Esse mesmo aluno era destaque nas aulas de Física, mas nas aulas de Educação Física era dispensado, ou seria excluído? Isso me incomodava, mas não sabia como agir para ajudar e pela imaturidade, passei por este momento com sentimento de impotência.

Concluí a educação básica no final do ano de 1996, e no ano seguinte prestei vestibular para o curso de Graduação em Licenciatura e Bacharelado em Educação Física, pela Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, e o resultado foi o início da fase acadêmica.

### **A vida acadêmica**

Universitário! Iniciei o segundo semestre no ano de 1997, realizando um dos meus sonhos, que era entrar na universidade. O curso era diurno, recém implantado, e a universidade não possuía instalações esportivas para desenvolver suas aulas práticas, o que demandou parcerias com o Clube do SESI Minas, Praça de Esportes, Exército Brasileiro e a Universidade Federal de Minas Gerais-UFGM.

No primeiro período, tivemos disciplinas sobre práticas pedagógicas, jogos e brincadeiras, fisiologia I, natação, português, inglês instrumental, psicologia, mais teoria do que prática, o que me fez descobrir já no início da graduação, que o curso de Educação Física não seria somente esportes e brincadeiras, como “imaginava na educação básica”, dissociados da base teórica. As rodas de conversas, os trabalhos em equipe, os jogos de integração universitária valorizavam aqueles momentos de formação acadêmica.

Particpei de alguns projetos desenvolvidos pela Universidade. Um desses foi do governo federal, o Projeto “Universidade Solidária”, que integrava acadêmicos de todos os cursos, para juntos levarem conhecimentos e assistência social, educacional, saúde, arte e cultural para a população de cidades carentes do norte de Minas, na época, Cristália e Grão Mogol. Foi uma experiência que possibilitou perceber as diferenças culturais, as desigualdades sociais e o desejo da comunidade por aquelas atividades que deveriam compor as práticas cotidianas daquele local. Trata-se de um projeto de extensão universitária, cujas atividades, majoritariamente, eram desenvolvidas ancoradas na ideia de transmitir conhecimentos produzidos pelas universidades.

No ano de 2000, quando estava no sexto período, participei de um processo seletivo para estágio acadêmico. Era um projeto piloto que o Clube do SESI/DN em parceria com o SESI/DR-Centro de Integração e Apoio à Pessoa com Deficiência “Rogéria Amato” -CIRA, estava implantando na cidade de Montes Claros, destinado à prática esportiva para pessoas com deficiência. Enxerguei uma oportunidade, pois tinha concluído a disciplina esportes adaptados, com o Professor Marcelo Najem, e tive um bom desempenho durante o semestre.

Toda conquista começa com a decisão de tentar, foi o que fiz, me inscrevi no processo seletivo e fui chamado para uma entrevista e produção de uma redação sobre a proposta do projeto. Fui aprovado para atuar como estagiário, mas antes de iniciar, deveria participar de um curso promovido pelo CIRA na cidade de Belo Horizonte, custeado pelo programa do SESI. Foi uma semana de aprendizagem e de formação para a implantação e o desenvolvimento do “Projeto Esportes Adaptados”, em Montes Claros. Sentia uma responsabilidade por ser pioneiro neste projeto, já que historicamente não existiam em nossa cidade atividades específicas para pessoas com deficiência.

No “Projeto Esportes Adaptados”, sob a responsabilidade do Professor de Educação Física, Carlos Alberto de Campos Falcão, atendíamos estudantes das escolas especiais, sócios e funcionários das indústrias que tinham algum tipo de deficiência. Embora sem experiência como estagiário na área de educação física adaptada, tive a oportunidade de conciliar os conhecimentos acadêmicos com os aprendidos no curso, podendo assim desenvolver um planejamento pedagógico que melhor atendesse aqueles estudantes. Entretanto, ao analisar essa experiência outras questões também foram evidenciadas, isso porque, mesmo reconhecendo que a prática de esportes adaptados, de certo modo, colabora para materializar o direito das pessoas às práticas de atividades físicas, pois adapta as atividades considerando as diferenças dos sujeitos, o currículo da

disciplina Educação Física não é estruturado pela diversidade e pelas preferências dos sujeitos. Rememorando que parte desses sujeitos são pessoas com direito à educação especial:

[...] I- alunos com deficiência de natureza física, mental, intelectual ou sensorial. II- Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. III-Alunos com altas habilidades/superdotação (Brasil, 2008, p. 9).

No entanto, considerando que a inclusão escolar é um processo contínuo, posso afirmar que aprendi bastante com os participantes do projeto, pois, a cada aula, aumentava a quantidade de pessoas com novas deficiências, histórias, reflexões, dificuldades metodológicas e barreiras arquitetônicas, mas, eles viam ali, naquele projeto de esportes adaptados, uma oportunidade para se incluírem na sociedade, e deixavam bem “claro” que a deficiência não era fator limitante para a prática esportiva. Houve momentos que apesar de ser o estagiário/professor, me via na situação de aluno, pois muitos deles, pessoas com deficiência desde o nascimento, mostravam o caminho a seguir e como lidar com certas situações – o que expõe a importância de escutar os estudantes para tomada de decisão sobre o ensino.

Como supramencionado, durante a graduação tive a oportunidade de conhecer a importância da Educação Física para o desenvolvimento humano, e como um componente curricular da Educação Básica pode efetivar oportunidades educacionais para **todos os estudantes**<sup>2</sup>, orientada pelos princípios da cooperação, do respeito à diversidade e à valorização das diferenças. Colaborando com esse entendimento, Darido e Sanches Neto (2012, p.13) argumentam que, como uma disciplina, ela “tematiza formas de atividades expressivas e corporais como jogo, esporte, dança, ginástica, formas estas que configuram uma área do conhecimento que podemos chamar de cultura corporal”. Nessa perspectiva, tornou-se fundamental refletir sobre o papel da educação física no processo de inclusão escolar.

### **Um convite para a Educação Especial**

Graduei-me em julho de 2001, e tive o primeiro emprego com carteira assinada no Colégio Opção, tendo como Diretora Conceição Mendonça, educadora de grande

---

<sup>2</sup> Grifo do autor.

conhecimento e respeito na cidade de Montes Claros, MG. Ministrava aulas de Educação Física para todas as turmas do colégio, na praça de esporte de Montes Claros, MCTC, em horários do contraturno, conforme a grade curricular existente. Eram turmas multisseriadas e com horários definidos por modalidade esportiva, o que não impedia de promover brincadeiras e jogos pré-desportivos<sup>3</sup>.

Nesse mesmo ano, em meio a um dos horários de aula do Colégio Opção, fui convidado pela supervisora do Centro Pedagógico Capelo Gaivota, Ana Francisca de Sousa, para participar como voluntário de um evento em comemoração à Semana Municipal da Pessoa com deficiência. Convite aceito. Na data específica, organizei uma proposta pedagógica de brincadeiras e atividades esportivas para os estudantes com deficiência da referida instituição de educação especial da cidade de Montes Claros.

### **Do Serviço Voluntariado ao profissional**

Naquela época, por ter atuado como professor do “Projeto Esportes Adaptados”, desenvolvido no Clube do SESI, tive a possibilidade de conhecer várias pessoas com deficiência da cidade de Montes Claros, e por meio delas os setores públicos como a Coordenadoria da Pessoa com Deficiência - CAAD, escolas especiais, e instituições filantrópicas que prestavam serviço a este segmento da população.

Entidades como a Associação das Pessoas com Deficiência de Montes Claros ADEMOC, tinham um trabalho de referência em defesa dos direitos da pessoa com deficiência, sendo o Sr. Valcir, presidente desta instituição na época, a quem compartilhou ideias sobre inclusão por meio do esporte.

Nesse esforço coletivo, fui convidado como voluntário para ser diretor esportivo da ADEMOC e prontamente aceitei o desafio. Realizávamos naquela época a OLIMPEX, Olimpíadas das Escolas Especiais com o apoio do SESC, 55º Batalhão de Infantaria, Prefeitura, Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes e FUNORTE. Nesses eventos, dentre várias pessoas envolvidas, recordo do professor de Educação Física e diretor da Unidade SESC Montes Claros, o Sr. Hermenegildo, conhecido como Belezão, sempre alegre, comprometido e responsável pela realização da primeira prova da competição das OLIMPEX, o cabo de guerra. Neste momento, ninguém evidenciava a deficiência nos estudantes, eram só gritos de força!! Vai!! Bora!! E aquela equipe que

---

<sup>3</sup> Jogos pré-desportivos: são jogos introdutórios, cujo objetivo principal é ensinar os movimentos básicos da modalidade esportiva a ser trabalhada, na qual os estudantes conhecem ações táticas, técnicas e regras iniciais.

conseguisse puxar a outra para o seu campo vencia. Quanta emoção!

A luta pela busca dos direitos das pessoas com deficiência estava em evidência, e com isso outras associações foram sendo criadas, nas quais também fui convidado para participar: Associação dos Surdos - ASMOC, diretor esportivo; Associação dos Deficientes Visuais de Montes Claros - ADEVIMONTES, diretor esportivo; Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com deficiência-CPDMOC, secretário e membro fundador.

Enquanto transitava nas entidades de pessoas com deficiência, trabalhava na rede estadual de ensino e no Colégio Opção, mas, continuava batalhando nos estudos para prestar concurso público. Fui aprovado para ser professor de Educação Física pelo Estado de Minas Gerais em 2001, e para o Município de Montes Claros em 2004.

No ano de 2002, minha relação com as escolas especiais estava bem próxima. Após desenvolver ações esportivas para o segmento, fui convidado pela supervisora Ana Francisca, referência na área da educação especial, para trabalhar como professor da disciplina de Educação Física no Centro Pedagógico Capelo Gaivota, instituição onde trabalhei por 4 anos e conferi sentido para o meu exercício profissional.

Por se tratar de uma instituição de atendimento educacional especializado, havia no grupo, além dos profissionais da educação, uma equipe multidisciplinar (médica, fonoaudiólogos, fisioterapeutas e uma psicóloga) para nos orientar. Posso afirmar que a atuação nessa instituição me proporcionou um aprimoramento dos conhecimentos pedagógicos e clínicos, além de vivenciar situações antes não encontradas nas escolas que passei. Estudantes com paralisia cerebral – que só conseguiam emitir respostas com o olhar – síndromes raras que diferenciavam alguns estudantes dos padrões físicos, crises de surtos e de desmaio, entretanto, conseguia perceber evoluções no desenvolvimento das atividades propostas para cada estudante, quando em condições de realizar as atividades. O andar sobre uma linha, o saltar de fora para dentro ou de dentro para fora do círculo, o ato de aparar uma bola e de lançar na cesta, vivências motoras que para alguns são apenas movimentos habituais, mas que para esses estudantes era uma evolução nas suas habilidades motoras. Tenho gratidão por essas experiências, pois elas contribuíram para minha formação pessoal, profissional e escolha do tema da pesquisa que viria a desenvolver no Mestrado profissional.

Outra experiência significativa foi quando comecei a utilizar a dança como uma atividade pedagógica, na qual sua prática proporcionava alegria, prazer, melhora da flexibilidade e da socialização dos estudantes, além de contribuir para realização de

festivais de quadrilha na própria escola. No primeiro ano, foram somente os estudantes do Centro Pedagógico Capelo Gaivotá, depois convidamos as escolas da rede regular de ensino e fechamos com 5 escolas no quarto ano. Aproximávamos nossos estudantes da educação especial das escolas no ensino regular, era um projeto que todos os funcionários abraçavam.

Aprovado para o cargo de professor de Educação Física do Estado de Minas Gerais, tomei posse no meio do ano de 2002, na cidade de Porteirinha, onde fiquei somente por cinco meses. Iniciei o ano de 2003, conseguindo retornar para minha cidade natal, Montes Claros, para trabalhar na Escola Estadual Prof. Beato José de Anchieta. Neste educandário, os problemas eram diários e muitos, violência, evasão, falta de estrutura física, ausência da família, professores desanimados, direção sempre preocupada com o final do turno se teria briga ou não. Argumento que era a realidade de muitas escolas, mas tinha a convicção que poderia colaborar para transformar aquele ambiente escolar em um lugar melhor a cada dia.

Como professor de Educação Física dessa escola tentei contribuir para a formação dos estudantes por meio da organização de estratégias de ensino baseadas na promoção de brincadeiras, jogos, e rodas de conversa destinadas a mostrar a importância da cidadania consciente e participativa, assim como também propor mudanças significativas em algumas atividades tais como aquelas relacionadas com a suspensão da aula de Educação Física quando eles “aprontavam”?! Como não concordava com este tipo de prática, ao longo do ano, aprendi a trabalhar com a supervisora e com a direção estratégias para não “punir” os estudantes, e desenvolver atividades que valorizassem o respeito aos colegas/adversários, trabalho em equipe, união, organização, respeito à diversidade, cor, deficiência etc.

Aqui recordo-me da professora Lourdes, que recebeu uma turma *“montada a dedo”*<sup>4</sup>, os estudantes sem limite, os sem uniforme, sem calçados e mochilas, e ainda a sala ficava atrás do prédio principal. Considero que ali comecei a aprender a trabalhar com o enfrentamento de conflitos seja de ordem estrutural, pedagógica, física, social, excludente etc. Muitas equipes escolares ainda confundem a inclusão<sup>5</sup> com o paradigma da integração, e esta integração posterga a possibilidade de superar a segregação de estudantes.

---

<sup>4</sup> Grifo do autor

<sup>5</sup> Ao longo do trabalho iremos diferenciar Integração x Inclusão e na seção II trataremos de forma mais detalhada essa temática.

Nesse sentido, constatei que esses tipos de situações já eram observados e analisados, conforme observado neste trecho do livro de Mantoan e Lanutti (2022), “A escola que queremos para todos”:

No Brasil, nos anos 1990, grande parte dos estudantes que antes não tinham acesso à educação escolar passou a frequentar instituições de ensino comum. Foi nesse período que o poder público teve de responder ao clamor da sociedade brasileira, influenciada por marcos legais e internacionais. Diante da turbulência de forças contraditórias que lutavam a favor e contra a inclusão social, o Estado viu-se diante do imperativo de assumir a responsabilidade de garantir e assegurar a escolarização de estudantes até então rejeitados pelos sistemas de ensino. Referimo-nos aqui, àqueles considerados com deficiência. No entanto, embora houvesse o reconhecimento da necessidade de tais alunos frequentarem as escolas, eles eram tratados como especiais – formas de representação que obviamente os excluía. Eles estudavam em classes especiais nas escolas comuns, para que ficasse bem demarcada a diferença que existia entre eles e os demais estudantes (Mantoan; Lanuti, 2022, p. 27).

Em 2004, transferi-me para uma escola próxima da minha casa, Escola Estadual Professor Alcides de Carvalho, conhecida como Polivalente, na condição de professor excedente, atuando no ensino noturno, último ano neste turno escolar. Os estudantes eram pessoas mais velhas, trabalhadoras do lar e comerciantes, boa parte deles não fazia as aulas, e a outra parte desenvolvia atividades de alongamento, peteca e jogos de salão (dama, dominó e xadrez).

No ano seguinte transferi-me para o turno vespertino, turmas de 6<sup>o</sup> a 8<sup>a</sup> séries, as aulas práticas de Educação Física aconteciam na quadra aberta iluminada pelo astro sol, mas aproveitávamos também outro espaço, a sombra de uma árvore frondosa que possibilitava desenvolver meu plano de ensino, através da realização de brincadeiras, jogos de peteca e de voleibol. Eram turmas cheias, com estudantes disciplinados e outros não, oriundos de vários bairros da cidade. Mas, e os estudantes com deficiência ou transtornos<sup>6</sup>? Confesso que nas minhas turmas poderia dizer que não havia, ou melhor,

---

<sup>6</sup> De acordo com a Política Nacional da Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva, define alunos com deficiência e transtorno como:

I- alunos com deficiência, sendo àqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade.

II- Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento, são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil (Brasil, 2008, p.15).

não eram percebidos, ou ainda não conhecíamos alguns transtornos. Acreditávamos que alguns estudantes apresentavam certos comportamentos por falta de limites, desinteresse, ausência dos pais no cumprimento das obrigações escolares, de fato vivíamos num período de não reconhecer a exclusão no interior da escola pública, o que Mantoan (2022) já vinha discutindo, conforme citado anteriormente.

Assim, para aprender sobre o processo de inclusão dos estudantes com deficiência na escola regular, optei por realizar minha segunda pós-graduação *lato sensu* em Educação Especial. Queria compreender melhor os tipos de deficiência, os comportamentos, os aspectos pedagógicos e os clínicos, os fatores externos ao processo do ensino, conhecimentos estes que colaborariam para criação de estratégias pedagógicas mais próximas das necessidades dos estudantes.

Com esse olhar pedagógico, fui percebendo o movimento dos estudantes das escolas especiais, do Centro Pedagógico Capelo Gaiivota, para as escolas regulares. Na Escola Polivalente, recordo-me que a partir de 2009 recebemos várias matrículas de estudantes surdos, o que provocou uma inquietação, especialmente com relação às dificuldades demonstradas pelos professores na comunicação com esses estudantes. A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), começou a ser conhecida pelos discentes, a presença do intérprete, motivou vários profissionais a realizarem cursos. Realizei dois desses cursos, o nível I e II para comunicar-me com os estudantes surdos.

Nesse contexto, passei a compreender a inclusão escolar como uma política pública educacional em movimento, como um direito inquestionável definido pela Constituição Federal Brasileira (1988), pela Declaração de Salamanca (1994), pela LDBEN (1996), pela Política Nacional da Educação Especial (2008) e LBI (2015). Essa política é materializada em ações que possibilitam que todas as pessoas aprendam juntas, independentemente das suas características, o que confere assim, o direito das pessoas com deficiência participarem das atividades na escola com os demais estudantes, no mesmo horário da aula de Educação Física, com métodos e adaptações estruturais necessárias para o seu desenvolvimento contando com a organização do currículo orientado para o respeito das diferenças e às preferências por determinadas manifestações da cultura corporal.

Com essa compreensão, quando assumi a função de vice-diretor, por 5 anos, juntamente com a equipe pedagógica e direção, conseguimos melhorar as adaptações arquitetônicas de toda a escola. Fizemos rampas, banheiros adaptados, buscamos integrar os professores de Apoio à Comunicação, Linguagem e Tecnologias Assistivas (ACLTA)

com os docentes. Confesso que tentamos minimizar as barreiras arquitetônicas, mas, precisávamos romper com as barreiras atitudinais, instrumentais, metodológicas e de comunicação, conforme proposto por Sasaki (2002).

No exercício do cargo na rede municipal de ensino, em 2010 fui transferido para a Secretaria Municipal de Esportes, e assumi a Chefia do Setor de Esportes Adaptados e 3ª Idade, onde trabalhei por 4 anos, continuando a promover ações esportivas para as pessoas com deficiência e para a 3ª idade. A atuação nesse setor possibilitou-me integrar as Secretarias Municipais de Educação e a Superintendência Regional de Ensino de Montes Claros para que participassem das ações socioeducacionais promovidas no âmbito municipal com os estudantes com deficiência que estavam matriculados nessas redes. A partir desta articulação das redes, nossa cidade passou a participar dos Jogos Escolares de Minas Gerais Paralímpico (JEMG), fase estadual, evento este promovido pela Secretaria de Estado de Esporte e Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.

Desde então, professores de Educação Física da minha cidade, Montes Claros, passaram a compartilhar suas dificuldades e seus desafios em trabalhar com os estudantes com deficiência em suas aulas, solicitando-me atividades adaptadas e indagando-me como se daria a inclusão escolar. Infelizmente, não tinha respostas para todos, pois também não sabia ainda como lidar com alguns estudantes das minhas turmas.

Nessa perspectiva, por tentar incluir os estudantes com deficiência e por ter vivenciado como professor de Educação Física os ambientes das escolas especiais, regulares e associações, optei por desenvolver uma pesquisa sobre inclusão escolar dos estudantes público-alvo da educação especial-PAEE<sup>7</sup>, nas aulas de Educação Física dos anos finais do ensino fundamental de uma escola da rede pública estadual, em Montes Claros-MG.

A questão central que norteia a pesquisa foi assim estabelecida: Quais são as dificuldades e os desafios encontrados pelos professores de Educação Física dos anos finais do ensino fundamental de uma Escola Estadual do Município de Montes Claros-MG, para desenvolverem suas aulas de maneira a favorecer a inclusão escolar dos estudantes com direito à educação especial? E as complementares: Quais conhecimentos

---

<sup>7</sup> Neste estudo a opção foi por **substituir a expressão** público-alvo da educação especial-PAEE por estudantes ou alunos com direito à educação especial. De acordo com a Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, o **Público-Alvo da Educação Especial (PAEE)** é constituído por: **I-** alunos com deficiência de natureza física, mental, intelectual ou sensorial. **II-** Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. **III-** Alunos com altas habilidades/superdotação (Brasil, 2008, p.9).

os professores de educação física possuem sobre a educação inclusiva e sobre a educação física adaptada como prática pedagógica no ensino fundamental? A Base Nacional Comum Curricular, o Currículo Referência de Minas Gerais e a Política Nacional de Educação Especial contribuem para efetivação do ensino inclusivo nas aulas de educação física?

Diante de tais questionamentos, e como professor efetivo, candidatei-me a uma vaga no processo seletivo a nível estadual, para o Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Educação: Formação Docente para a Educação Básica - Mestrado Profissional, convênio da Universidade de Uberaba com a Secretaria de Estado de Educação/MG – Projeto Trilhas de Futuro-Educadores, por meio da linha de pesquisa Práticas Docentes para a Educação Básica. Aprovado em 2022, comecei a escrever outro capítulo da minha vida profissional, marcado pelo desenvolvimento da referida investigação.

Espero, então, que o compartilhamento dos conhecimentos decorrentes do desenvolvimento da pesquisa e dos diálogos com os colegas professores de Educação Física, possa fortalecer a relação ensinante e aprendente, essencial para a inclusão escolar. Conforme adverte Freire (1996, p.39) “ensinar exige convicção de que a mudança é possível”. Espero, também, contribuir com a produção acadêmica, demonstrando a importância de desenvolver estudos em prol de uma educação inclusiva, democrática e com equidade, que favoreçam a participação dos estudantes com direito à Educação Especial, nas aulas de Educação Física. Além de oferecer subsídios para que a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais possa desenvolver ações efetivas para uma educação inclusiva, democrática e com equidade.